

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A
CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80
NIRE: 4230000949-1
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012.
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na Bovespa sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- i) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- ii) As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Financeiras - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 17 de fevereiro de 2014.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas financeiras adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 18 – Provisão para contingências

Nota 27 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,98% (66,67% - 2012).

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os ris-

cos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

iii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 8.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa:

- i) Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;
- ii) Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

e) Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente e de adiantamentos.

f) Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	13	36	13	36
Bancos conta movimento	104	22	522	193
TOTAL	117	58	535	229

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Clientes	29.251	19.630	29.251	19.630
(-) Provisão para devedores duvidosos	(9.805)	(9.364)	(9.805)	(9.364)
(-) Ajuste a valor presente	(215)	(83)	(215)	(83)
TOTAL	19.231	10.183	19.231	10.183

6. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Produtos acabados	12.118	13.471	12.118	13.471
Produtos em elaboração	9.920	7.526	9.920	7.526
Materiais diretos	9.963	7.813	9.963	7.813
Materiais de consumo	2.470	2.288	2.470	2.288
Importação em andamento	761	1.673	761	1.673
TOTAL	35.232	32.771	35.232	32.771

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas sobre os saldos finais de estoques. Eventuais perdas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

a) Circulante

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
IPI	128	38	128	38
ICMS	741	1.409	773	1.441
PIS/COFINS	333	966	334	967
IRRF	-	11	-	11
IRPJ/CSLL	-	-	62	70
TOTAL	1.202	2.424	1.297	2.527

b) Não circulante

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
COFINS (multa parcelamento)	685	717
PIS/COFINS	1.200	1.692
ICMS	838	860
TOTAL	2.723	3.269

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS**a) Ativo não circulante**

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
FGTS	369	369
CELESC	-	363
Marinha Mercante	295	202
CVM	191	-
Vladimir Walendowski	112	112
Processos trabalhistas	16	43
IRPJ	27	-
Outros	11	6
TOTAL	1.021	1.095

b) Passivo não circulante

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
FGTS	369	369
CELESC	-	363
Marinha Mercante	295	201
CVM	191	-
Processos trabalhistas	16	43
TOTAL	871	976

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém créditos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre prejuízos fiscais e bases de

cálculo negativas, respectivamente, os quais foram constituídos e apurados de conformidade com o Pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação nº 273 de 27 de agosto de 1998, e Instrução nº 371 de 27 de junho de 2002 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

		Controladora	
		2013	2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ		1.074	2.222
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL		387	800
TOTAL		1.461	3.022

O crédito reconhecido no ativo da controladora é de montante idêntico do imposto de renda e contribuição social que se encontra provisionado no passivo não circulante.

10. ATIVOS NÃO DE USO PRÓPRIO – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Ao final do ano de 2011 a Companhia decidiu reduzir as atividades do setor de fiação, para que a produção de fios atendesse somente o consumo próprio. Como consequência desta decisão foram transferidos do ativo imobilizado para o realizável a longo prazo o montante de R\$ 8.076 mil referente a máquinas e equipamentos do setor de fiação. Durante o ano de 2012 a administração decidiu atender à demanda do mercado por industrialização por encomenda de fios de algodão, e reativou parte das máquinas que estavam paradas. Estas máquinas foram transferidas novamente para o imobilizado. As que ainda permaneciam fora de operação, em 31 de dezembro de 2013, perfaziam o montante de R\$ 526 mil (2012 – R\$ 5.278 mil), e ainda aguardam decisão de Administração sobre sua destinação.

11. INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada

	Quantidade de quotas possuídas		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Equivalência no Resultado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Renauxview Ltda.	99.998	99.998	99,99	66,67	143	143	(85)	66

Além da equivalência patrimonial negativa (participação no resultado) do exercício no valor de R\$ (85) mil (2012 – R\$ 66 mil), foi reconhecido ainda, em conta específica, resultado positivo, R\$ 85 mil, em função de ganho de participação referente a cisão parcial da empresa controlada. (2012 – R\$ (22) mil de perda na diluição de participação).

b) Saldos e transações com controlada

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	Direitos		Obrigações	
	2013	2012	2013	2012
Renauxview Ltda.	1.061	861	-	-

	Receitas		Despesas	
	2013	2011	2013	2012
Renauxview Ltda.	-	-	240	240

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se a prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

c) Cisão em controlada

Conforme divulgado em ata de AGE de 29 de outubro de 2012 e fato relevante de 03 de dezembro de 2012, a administração foi autorizada a integralizar na sua controlada Renauxview Ltda., acervo líquido composto por bem imóvel no valor Contábil de R\$ 82.485 mil e dívidas em valores correspondentes ao valor do imóvel, com o objetivo de reduzir o passivo da Companhia e de sua Controlada. Desta maneira, em 31 de agosto de 2013 foi efetuada a cisão, que teve como consequência a redução do ativo imobilizado em R\$ 82.485 mil e de igual valor no passivo financeiro. Todos os atos necessário à cisão, foram devidamente autorizados na AGE de 29 de outubro de 2012, e tiveram seu registro efetuado pela Junta Comercial de Santa Catarina – JUCESC em 14 de janeiro de 2014.

12. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

Conforme divulgado em ata de AGE de 29 de outubro de 2012 e fato relevante de 03 de dezembro de 2012, a administração foi autorizada a integralizar na sua controlada Renauxview Ltda., acervo líquido composto por bem imóvel no valor Contábil de R\$ 82.485 mil e dívidas em valores correspondentes ao valor do imóvel. Esta operação gerou um ganho de capital de R\$ 23.501 mil.

A operação pode ser percebida nas contas terrenos e construções nos quadros abaixo. O resultado líquido referente a alienação e baixa do imobilizado em 2012 foi de R\$ 22.788 mil.

Em 2013 os ganhos de capital em decorrência de alienação/baixa de imobilizado foram de R\$ 2.652 mil. Entretanto o resultado líquido referente a alienação e baixa do imobilizado foi uma perda de R\$ 584 mil.

	Controladora			Consolidado	
	2013		2012	2013	2012
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	1.002	-	1.002	3.025	56.076
Construções	-	-	-	1.804	33.442
Máquinas de grande porte	91.672	(49.452)	42.220	32.448	42.220
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.827	(5.437)	4.390	4.948	4.390
Veículos	987	(435)	552	488	552
Benfeitorias	109	-	109	-	109
Outras imobilizações	1.356	(703)	653	303	653
Imobilizado em andamento	446	-	446	7.231	446
Adiantamentos a fornecedores	1.334	-	1.334	763	1.334
TOTAL	106.733	(56.027)	50.706	51.010	52.755

Os valores classificados em imobilizado em andamento no exercício de 2012, refere-se basicamente a máquinas de grande porte que foram importadas em módulos (partes), sendo que a Companhia somente transferiu para a conta própria, quando o último módulo entrou na Companhia e toda a máquina estava pronta e em operação, o que ocorreu no exercício de 2013.

12.1. Movimentação do Custo Corrigido – Controladora

	2012	Adições	Baixas	Transferências	2013
Terrenos	3.025	-	(2.023)	-	1.002
Construções	2.004	-	(2.004)	-	-
Máquinas de grande porte	72.549	12.049	(1.442)	8.516	91.672
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.743	212	(255)	127	9.827
Veículos	868	149	(30)	-	987
Benfeitorias	-	34	-	75	109
Outras imobilizações	925	272	(66)	225	1.356
Imobilizado em andamento	7.230	2.165	(6)	(8.943)	446
Adiantamentos a fornecedores	763	2.480	(1.909)	-	1.334
TOTAL	97.107	17.361	(7.735)	-	106.733

12.2. Movimentação da Depreciação Acumulada – Controladora

	2012	Adições	Baixas	Transferências	2013
Construções	(200)	(39)	239	-	-
Máquinas de grande porte	(40.101)	(10.141)	790	-	(49.452)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(4.795)	(733)	91	-	(5.437)
Veículos	(380)	(75)	20	-	(435)
Benfeitorias	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	(622)	(143)	62	-	(703)
TOTAL	(46.098)	(11.131)	1.202	-	(56.027)

13. INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado	
	2013		2012	2013	2012
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de uso	1.076	(742)	334	273	334
Software em andamento	1.193	-	1.193	-	1.193
TOTAL	2.269	(742)	1.527	273	1.527

13.1. Movimentação do Custo Corrigido – Controladora

	2012	Adições	Baixas	Transferências	2013
Direitos de uso	945	131	-	-	1.076
Software em andamento	-	1.193	-	-	1.193
TOTAL	945	1.324	-	-	2.269

13.2. Movimentação da Amortização Acumulada – Controladora

	2012	Adições	Baixas	Transferências	2013
Direitos de uso	(672)	(70)	-	-	(742)
TOTAL	(672)	(70)	-	-	(742)

14. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Fornecedores nacionais	5.651	5.013
Fornecedores internacionais	1	1
TOTAL	5.652	5.014

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	13.607	12.945	-	-
Financiamento, atualizado segundo TJLP, com juros de 10,5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.				
Saldo negativo em contas correntes bancárias	95	83	-	-
Banco Daycoval	7.972	3.506	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,70%am, com vencimento em 11/09/14	5.353	1.723	-	-
Financiamento de máquina, vcto final 05/12/14, 11% ano	1.533	1.783	-	-
EGF juros de 5,50% aa com vencimento final em 09/06/2014	1.086	-	-	-
Banco Sofisa	5.988	3.119	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,60%am, com vencimento em 27/03/2014	5.988	2.000	-	-
Financiamento de máquina, vcto final 09/10/13, 13,8% ano	-	1.119	-	-
BANCO BIC	1.997	1.875	-	-
Financiamento de capital de giro, com juros médios mensais de 0,60% mais CDI, vencimento final 30/01/2014	1.997	1.875	-	-
BANCO SAFRA	3.962	5.490	-	-
Empréstimos de capital de giro juros médios de CDI + 0,65%a.m. com vencimento final em 06/05/2014	3.962	5.490	-	-

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
PML Petersen Matex	447	618	518	962
Financiamento de máquinas, 7% aa, vencimento final 15/02/16	447	618	518	962
Welowo C.V. *	13.581	96.161	-	-
Crédito cedido com diversas taxas de juros pactuados, sem vencimento final.	13.581	96.161	-	-
FACCIONISTA	-	230	-	-
Empréstimo de algodão	-	230	-	-
CANOL	555	471	-	457
Financiamento de máquinas, com juros médios de 9%a.a., vencimento final em 12/10/2014	555	471	-	-
TOTAL	48.204	124.508	518	1.419

Nota: * Com relação a este empréstimo, em 2012 está classificado na controladora o montante de R\$ 13.581 mil e na controlada o montante de R\$ 82.590 mil.

Legendas:

BADESC – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

CDI – Certificado Depósito Interbancário

16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários	1.167	884	1.168	886
Provisão para férias	2.640	1.883	2.643	1.884
INSS (não parcelado ou notificado)	30.476	26.307	30.477	26.307
FGTS	230	200	231	200
Salário educação - FNDE	3.611	2.759	3.611	2.759
SESI	2.166	1.654	2.166	1.654
SEBRAE	866	662	866	662
SENAI	1.762	1.351	1.762	1.351
Parcelamento - Lei 11.941/09	1.188	1.122	1.188	1.122
Outros	29	10	29	10
TOTAL	44.135	36.832	44.141	36.835

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ICMS	284	167	284	167
ICMS parcelamento	449	1.368	449	1.368
ICMS importações de máquinas	4	242	4	242
ICMS - PRODEC	25.422	23.831	25.422	23.831
IRRF	235	183	235	184
IPTU	1.683	3.254	1.683	3.254
ISS retido	10	6	10	6
PIS/COFINS	5.680	-	5.681	-
PIS/COFINS/CSLL retidos	6	14	7	15
ICMS Importações	4.892	4.683	4.892	4.683
Parcelamento - Lei 11.941/09	2.556	2.413	2.636	2.488
TOTAL	41.221	36.161	41.303	36.238

17.1. PRODEC

O valor reconhecido pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 25.422 mil (2012 – R\$ 23.831 mil). Respalhada por decisão judicial que proíbe o Estado de Santa Catarina de aplicar qualquer penalidade pelo não cumprimento dos pagamentos, a Companhia deixou de provisionar R\$ 24.677 mil (2012 – R\$ 19.537 mil), referente aos encargos de multa e juros (diferença de taxas) pelo atraso destes pagamentos.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da empresa, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 2013 foi de R\$ 49.978 mil (2012 – R\$ 45.517 mil).

18.1. PERDA POSSÍVEL

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas (controladora e consolidado):

	<u>R\$ (em milhares)</u>
Tributárias	24.677
Trabalhistas	837
Cíveis	534
	<u>26.048</u>

19. DEBÊNTURES

Em 30 de setembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

- Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.
- Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.
- Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.
- Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.
- Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração : semestralmente, a partir de 1º de março de 2005

Remuneração: 0,8355 % ao mês.

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 17.912 mil (2012 – R\$ 17.805 mil). A remuneração das debêntures foi paga até o mês de junho de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas. Sobre este assunto, verificar nota explicativa nº 29 – Plano de Recuperação Extrajudicial – PRE.

20. OBRIGAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS

Estão registrados no balanço, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais, obrigações com pessoas ligadas:

	Controladora e Consolidado	
	Não Circulante	
	2013	2012
Pessoas Físicas	3.900	3.494
D&D Administradora de Bens Ltda - Nuevo Bco Coml Uruguai	15.747	14.544
Crédito cedido por Nuevo Banco Comercial - Financiamento atualizado em CDI, mais juros de 7% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido a última em 30/11/2007. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.		
TOTAL	19.647	18.038

21. PASSIVO A DESCOBERTO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), divididos em 42.592.810 (quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e dez) ações, sendo 14.566.031 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e trinta e uma) ordinárias e 28.026.779 (vinte e oito milhões, vinte e seis mil, setecentos e setenta e nove) preferenciais, sem valor nominal.

b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício tem destinação específica de utilização.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS				
Vendas de produtos mercado interno	105.686	100.764	105.686	100.764
Vendas de produtos mercado externo	650	269	650	269
Serviços mercado interno	13.456	1.011	13.696	1.251
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	119.792	102.044	120.032	102.284
Deduções da receita bruta:				
Impostos faturados, descontos e devoluções	(29.836)	(27.113)	(29.866)	(27.142)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	89.955	74.931	90.166	75.142

23. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

a) Custos e despesas

	Controladora	
	2013	2012
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	31.714	31.286
Matérias primas e embalagens	29.593	24.396
Energia elétrica	9.036	7.126
Gastos gerais de fabricação	2.640	3.700
Depreciação e amortizações	4.315	7.858
Comissões representantes	3.980	3.535
Fretes	882	806
Serviços de terceiros	5.877	5.827
Outros custos e despesas	257	1.210
TOTAL	88.294	85.746
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	65.023	65.519
Despesas com vendas	12.650	12.124
Gerais e administrativas	7.384	7.389
Perdas de capital	3.236	713
	88.294	85.745

b) Resultado financeiro

	Controladora	
	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	-	23
Juros recebidos	194	145
Variação cambial ativa	899	942
Outras receitas	17	20
Total da receita financeira	1.110	1.130
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	6.800	28.744
Encargos sobre tributos	11.753	11.475
Encargos sobre demais contas	1.739	7.286
Variação cambial passiva	1.357	1.281
Outras despesas financeiras	443	468
Total da despesa financeira	22.092	49.254
Resultado financeiro líquido	(20.982)	(48.124)

24. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Em 2013 as despesas com os administradores totalizaram R\$ 1.635 mil (2012 – R\$ 1.537 mil).

25. DESPESAS COM REESTRUTURAÇÃO

Ocorreram despesas com serviços de terceiros, em função da reestruturação descrita na nota explicativa nº 28, em 2013 no montante de R\$ 114 mil (2012 – R\$ 162 mil).

26. RESULTADO POR AÇÃO

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Prejuízo - acionistas preferenciais	(13.010)	(27.719)
Prejuízo - acionistas ordinários	(6.761)	(14.406)
Total	(19.771)	(42.125)
Quantidade de ações preferenciais emitidas	28.027	28.027
Quantidade de ações ordinárias emitidas	14.566	14.566
Total	42.593	42.593
Resultado básico e diluído por ação (em reais)		
Ação preferencial – R\$	(0,464)	(0,989)
Ação ordinária – R\$	(0,464)	(0,989)

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para devedores duvidosos, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

• Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	535	229
Contas a receber de clientes - circulante	19.231	10.183
Contas a receber de clientes - não circulante	2.613	463
Outras contas a receber	2.869	3.519
TOTAL	25.248	14.394

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para devedores duvidosos foi registrada na rubrica de despesas "Com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para devedores duvidosos" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- **Garantias**

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

- **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

	Consolidado	
	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	48.722	125.927
Obrigações com pessoas ligadas	19.647	18.038
TOTAL	68.369	143.965

- **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

- **Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

- **Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

- ii) **Instrumentos financeiros – valor justo**

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2013		2012	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	535	535	229	229
Clientes e outras contas a receber	24.713	24.713	14.165	14.165
Empréstimos e financiamento	(48.722)	(48.722)	(125.927)	(125.927)
Fornecedores e outras contas a pagar	(6.603)	(6.603)	(5.211)	(5.211)
Obrigações com pessoas ligadas	(19.647)	(19.647)	(18.038)	(18.038)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- **Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:**

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

28. EQUACIONAMENTO FINANCEIRO

A Administração da Companhia continua a tomar as medidas tendentes a equacionar o passivo que a Companhia detém e que foram assumidos pela administração que tomou posse no dia 06 de janeiro de 2006. Parte extremamente relevante dos passivos estão em negociações para liquidação, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Parte do passivo tributário, que também são expressivos, estão parcelados, sendo que os mesmos vem sendo cumpridos. Os passivos restantes estão em negociações, e espera concluir o próximo exercício com todos negociados.

29. PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PRE

No dia 05 de maio de 2010, a Companhia protocolou no Tribunal de Justiça Estadual, na Comarca de Brusque, pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), que abrange os credores quirografários Celesc Distribuição S/A e os debenturistas, representados por seu agente fiduciário Planner Corretora de Valores S/A. Todos os detalhes do PRE estão divulgados no site da CVM.

Em 24 de maio de 2010, através de AGE ficou ratificado por unanimidade dos acionistas presentes o Plano de Recuperação Extrajudicial.

Os possíveis efeitos, do Plano de Recuperação Extrajudicial, serão reconhecidos pela Companhia nas demonstrações financeiras, quando da homologação em juízo do plano. Em 14 de fevereiro de 2011, o juízo da Comarca de Brusque indeferiu a homologação do plano, sendo que a Companhia protocolou, tempestivamente, a apelação com relação ao indeferimento em 03 de março de 2011 no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

No último trimestre de 2013 a Companhia protocolou no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina pedido de desistência de seu recurso de apelação, de modo que, após o retorno dos autos à primeira instância (Comarca de Brusque), teve o processo considerado extinto, sendo o mesmo arquivado definitivamente em 10 de fevereiro de 2014.

A Companhia está efetuando as negociações diretamente com os credores, após a extinção do PRE.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP tem vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários. Até a conclusão destas demonstrações financeiras, a MP 627 não havia sido convertida em lei. Desta maneira, a Administração da Companhia está avaliando quais os impactos da MP, e aguardando a conversão da mesma em lei, para optar ou não pela adoção antecipada para o exercício de 2014.

32. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Brusque, 17 de março de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Presidente

HEITOR RODOLFO DE SOUZA

Conselheiro

DILNEI HEIZEN

Conselheiro

DIRETORIA:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Presidente

MARCIO LUIZ BERTOLDI

Diretor de Relações com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI

CRC SC 023517/O-3